



Número 106– Dezembro de 2011  
Revista e atualizada em  
Janeiro de 2012

**Política de Valorização do Salário Mínimo:**

**Considerações sobre o valor a vigorar a  
partir de 1º de janeiro de 2012**

## Breve Histórico da Campanha de Valorização do Salário Mínimo

Em 2004, as Centrais Sindicais, por meio de movimento unitário, lançaram a campanha de valorização do salário mínimo. Nesta campanha, foram realizadas três marchas conjuntas em Brasília com o objetivo de fortalecer a opinião dos poderes Executivo e Legislativo acerca da importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo. Como resultados dessas marchas, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00. Em abril de 2006, foi elevado para R\$ 350,00, e, em abril de 2007, corrigido para R\$ 380,00. Em março de 2008, o salário mínimo foi alterado para R\$ 415,00 e, em fevereiro de 2009, o valor ficou em R\$ 465,00. Em janeiro de 2010, o valor do piso salarial do país passou a R\$ 510,00, resultando em aumento real de 6,02%. Em 2011, o salário mínimo foi corrigido em janeiro para R\$ 540,00 e o reajuste foi completado em março, quando passou para R\$ 545,00.

Também como resultado dessas negociações, foi acordado, em 2007, uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023. Essa política tem como critérios o repasse da inflação do período entre as correções, o aumento real pela variação do PIB, além da antecipação da data-base de revisão - a cada ano - até ser fixada em janeiro, o que aconteceu em 2010. A política prevê que, em janeiro de 2012, o reajuste reponha a inflação segundo o INPC de 2011, mais a variação do PIB de 2010. Como o crescimento do Produto Interno Bruto em 2010 foi, em dado ainda provisório, de 7,5%, a revisão do piso deverá incorporar esta variação mais a inflação medida pelo INPC.

### O salário mínimo de 1º de janeiro de 2012

Para se avaliar a aplicação da Política de Valorização de Salário Mínimo, que prevê revisão anual pelo INPC do ano (6,08%) mais a variação do PIB (7,5%), deve se considerar o valor de R\$ 545,00 como sendo aquele que está baseado nos critérios da política de valorização do salário mínimo do ano passado<sup>1</sup>. Desta forma, aplicando-se as variações (INPC e PIB), que acumuladas representam 14,04%, chega-se ao valor de R\$ 621,50, que foi arredondado para R\$ 622,00, resultando em aumento real de 7,59%. Esta correção respeita as regras acordadas pela política de valorização do salário mínimo, levando em conta o resultado preliminar de 7,5% para a variação do PIB em 2010, e 6,08% do INPC em 2011.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> O valor do salário mínimo de R\$ 545,00, teve vigência a partir de 01/03/11, pois inicialmente foi fixado em R\$540,00 a partir de 01/01/11.

<sup>2</sup> Os valores do salário mínimo observados em 2011 podem gerar diferentes referências de data-base no cálculo da política de valorização do salário mínimo. O valor de R\$ 622,00, representa 14,13% sobre o valor nominal que vigorou em 01/março/2011. Neste intervalo (março e dezembro de 2011), o INPC registrou variação de 4,53%. Assim, o ganho real neste período representaria 9,18%. Esta diferença deve-se tão somente à mudança de base de comparação entre janeiro e março de 2011, quando o salário mínimo não registrou ganho real.

## O reajuste do salário mínimo desde 2002

Em 2003, ainda sem uma política definida para correção do salário mínimo nos anos seguintes, o reajuste foi de 20,00%, frente a uma inflação acumulada de 18,54%, o que correspondeu a um aumento real de 1,23%. No segundo, a elevação foi de 8,33%, enquanto o INPC acumulou 7,06%. Em 2005, o salário mínimo foi corrigido em 15,38%, contra uma inflação de 6,61%. Em 2006, a inflação foi de 3,21% e o reajuste ficou em 16,67%, com aumento real de 13,04%. Em abril de 2007, para elevação do INPC entre maio/2006 e março/2007 de 3,30%, o salário teve uma variação de 8,57%, o que representou aumento real do salário mínimo de 5,1%. Em 2008, o salário mínimo foi reajustado, em fevereiro, em 9,21%, enquanto a inflação ficou em 4,98%, correspondendo a um aumento real de 4,03%. Com o valor de R\$ 465,00 em 1º de fevereiro de 2009, o ganho real entre 2008 e 2009 foi de 5,79%. Em 2010, com valor de R\$ 510,00, o ganho real acumulado no período atingiu 6,02%, resultante de uma variação nominal de 9,68%, contra inflação de 3,45%. Em 2011, com o reajuste total de 6,86%, o aumento real ficou em 0,37%.

Com o valor de R\$ 622,00, que passa a vigorar neste mês de janeiro, o piso acumula um ganho real desde 2002 de 65,95%, como demonstrado na Tabela 1.

**TABELA 1**  
**Reajuste do Salário Mínimo 2003-2012**

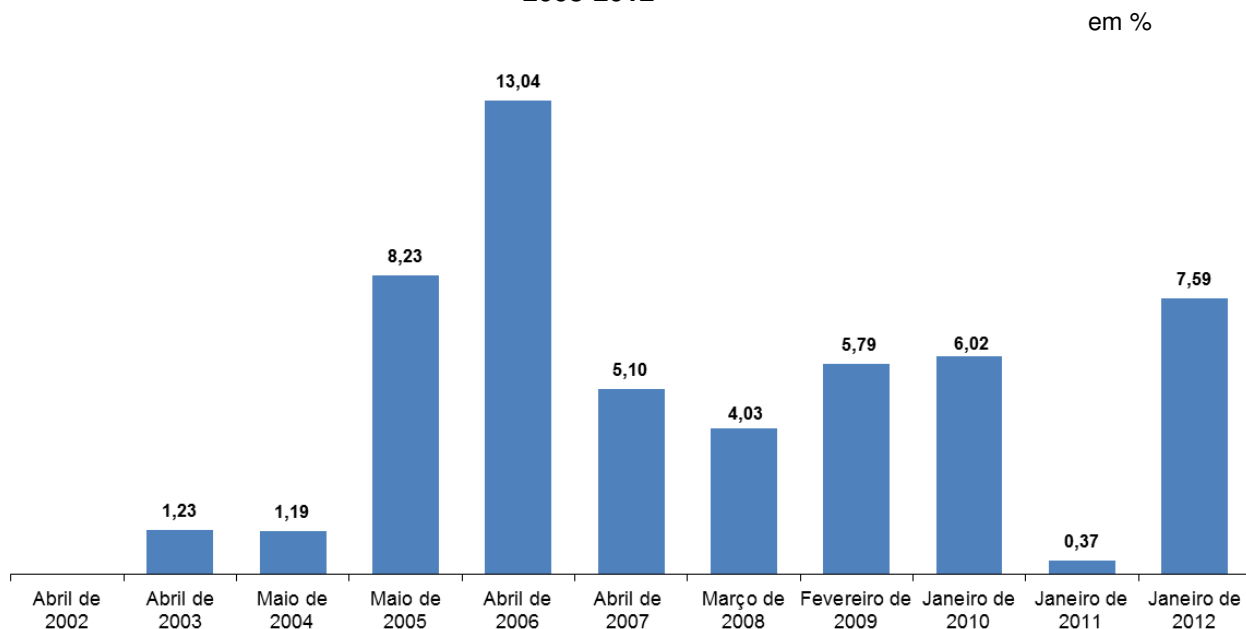
<b>Período</b>	<b>Salário Mínimo R\$</b>	<b>Reajuste Nominal %</b>	<b>INPC-IBGE %</b>	<b>Aumento Real %</b>
Abril de 2002	200,00			
Abril de 2003	240,00	20,0	18,54	<b>1,23</b>
Maio de 2004	260,00	8,33	7,06	<b>1,19</b>
Maio de 2005	300,00	15,38	6,61	<b>8,23</b>
Abril de 2006	350,00	16,67	3,21	<b>13,04</b>
Abril de 2007	380,00	8,57	3,30	<b>5,10</b>
Março de 2008	415,00	9,21	4,98	<b>4,03</b>
Fevereiro de 2009	465,00	12,05	5,92	<b>5,79</b>
Janeiro de 2010	510,00	9,68	3,45	<b>6,02</b>
Janeiro de 2011 <sup>(1)</sup>	545,00	6,86	6,47	<b>0,37</b>
Janeiro de 2012	622,00	14,13	6,08	<b>7,59</b>
<b>Total período</b>	-	<b>211,00</b>	<b>87,40</b>	<b>65,95</b>

*Elaboração: DIEESE*

Nota: (1) Os valores do salário mínimo observados em 2011 podem gerar diferentes referências de data-base no cálculo da política de valorização do salário mínimo. O valor de R\$ 622,00, representa 14,13% sobre o valor nominal que vigorou em 01/março/2011. Neste intervalo (março e dezembro de 2011), o INPC registrou variação de 4,53%. Assim, o ganho real neste período representaria 9,18%. Esta diferença deve-se tão somente à mudança de base de comparação entre janeiro e março de 2011, quando o salário mínimo não registrou ganho real.

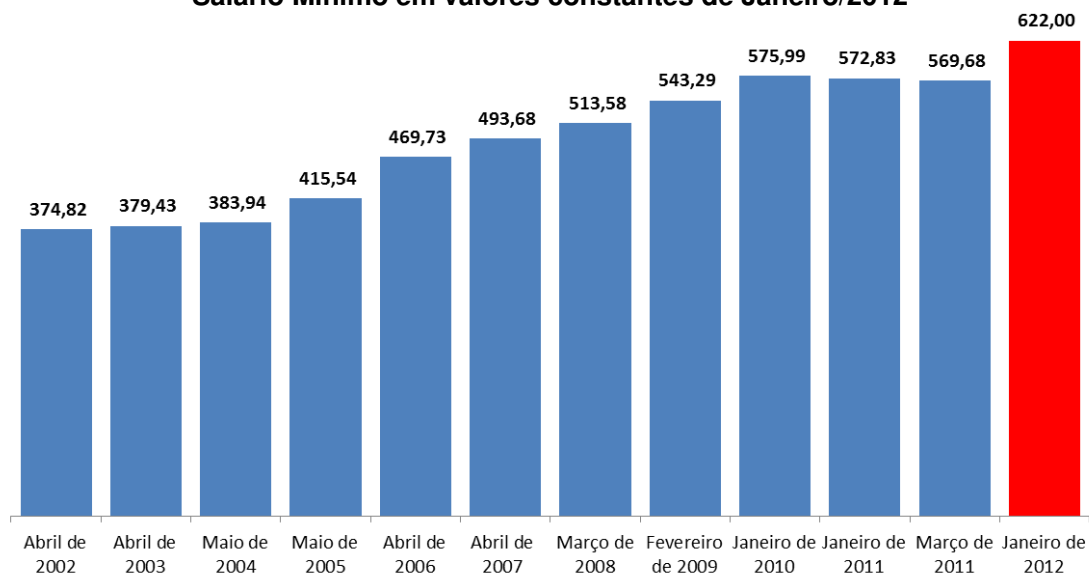
O Gráfico 1 mostra estes resultados para o salário mínimo nos anos recentes.

**GRÁFICO 1**  
**Aumentos Reais no Salário Mínimo**  
**2003-2012**



Elaboração: DIEESE

**GRÁFICO 2**  
**Salário Mínimo em valores constantes de Janeiro/2012**



Elaboração: DIEESE

## Quais os impactos da elevação do salário mínimo na economia?

Estima-se que:

- **48 milhões de pessoas** têm rendimento referenciado no salário mínimo.
- **R\$ 47 bilhões** será o incremento de renda na economia.
- **R\$ 22,9 bilhões** correspondem ao incremento na arrecadação tributária sobre o consumo.

**TABELA 2**  
**Impacto anual decorrente do aumento do salário mínimo em R\$ 77,00**

Tipo	Número de	Valor Adicional da	Arrecadação Tributária
	Pessoas (mil)	Renda Anual - R\$ (b)	Adicional R\$ (c)
Beneficiários do INSS (a)	19.771	19.790.759.989	9.657.890.875
Empregados	13.820	13.833.726.907	6.750.858.731
Conta-própria	8.718	8.055.436.620	3.931.053.071
Trabalhadores Domésticos	5.083	5.087.794.712	2.482.843.819
Empregadores	203	187.769.736	91.631.631
<b>Total</b>	<b>47.595</b>	<b>46.955.487.964</b>	<b>22.914.278.126</b>

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (Tabela 4.22); Ministério da Previdência e Assistência Social. Boletim Estatístico da Previdência Social - novembro de 2011

Obs: (a) Refere-se ao impacto para trabalhadores, empregadores e beneficiários da Previdência Social que recebem até 1 salário mínimo; (b) Considerando 13 remunerações/ano para beneficiários do INSS, empregados e trabalhadores domésticos; (c) Considerando tributação média sobre consumo de 48,8 %. Este valor é indicado na publicação Ipea - Comunicado da Presidência nº 22, de 30/06/2009, como a carga incidente sobre a renda familiar até 2 SM

## Qual é a importância do salário mínimo nas administrações públicas?

No setor público, o número de trabalhadores que ganha até 1 salário mínimo é pouco expressivo nas administrações federal e estaduais. Nas administrações municipais, a participação destes trabalhadores é maior, especialmente na região Nordeste (Tabela 3). Quando se observa o impacto do aumento de 14,13% sobre o salário mínimo na massa de remuneração dos trabalhadores do setor público, verifica-se a mesma tendência: maior impacto nas administrações municipais no Nordeste e Norte (Tabela 4).

**TABELA 3**  
**Emprego no Setor Público por Faixa de Remuneração**  
**Brasil e Grandes Regiões**

(em %)

Região	Serviço Público Federal			
	Até R\$ 545,00	Mais de R\$ 545,00 a R\$ 622,00	Acima de R\$ 622,00	Total <sup>(1)</sup>
Norte	0,97	0,63	94,38	100,00
Nordeste	1,22	0,57	94,28	100,00
Sudeste	0,66	0,52	94,73	100,00
Sul	0,25	0,17	96,92	100,00
Centro-Oeste	1,31	0,32	96,35	100,00
<b>Total</b>	<b>0,97</b>	<b>0,43</b>	<b>95,42</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor absoluto</b>	<b>9.198</b>	<b>4.111</b>	<b>904.549</b>	<b>947.936</b>
Região	Serviço Público Estadual			
	Até R\$ 545,00	Mais de R\$ 545,00 a R\$ 622,00	Acima de R\$ 622,00	Total <sup>(1)</sup>
Norte	6,11	2,70	86,45	100,00
Nordeste	5,76	5,42	86,35	100,00
Sudeste	4,28	1,89	89,51	100,00
Sul	0,93	1,38	96,43	100,00
Centro-Oeste	3,62	0,87	90,45	100,00
<b>Total</b>	<b>4,40</b>	<b>2,66</b>	<b>89,28</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor absoluto</b>	<b>154.314</b>	<b>93.377</b>	<b>3.132.822</b>	<b>3.508.835</b>
Região	Serviço Público Municipal			
	Até R\$ 545,00	Mais de R\$ 545,00 a R\$ 622,00	Acima de R\$ 622,00	Total <sup>(1)</sup>
Norte	17,90	10,13	65,48	100,00
Nordeste	22,65	10,99	61,31	100,00
Sudeste	5,83	5,64	85,00	100,00
Sul	4,05	4,55	88,37	100,00
Centro-Oeste	8,76	8,77	77,61	100,00
<b>Total</b>	<b>12,33</b>	<b>7,84</b>	<b>75,52</b>	<b>100,00</b>
<b>Valor absoluto</b>	<b>609.243</b>	<b>387.756</b>	<b>3.732.987</b>	<b>4.942.967</b>

Fonte: MTE. Rais 2010

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Inclui os vínculos sem informação de salário

**TABELA 4**  
**Impacto do Reajuste do SM para R\$ 622,00 na Folha Total**  
**Brasil e Grandes Regiões**

Região	Serviço Público Federal		
	Até R\$ 545,00	Mais de 545,00 a R\$ 622,00	Total
Norte	0,03%	0,00%	<b>0,03%</b>
Nordeste	0,03%	0,00%	<b>0,03%</b>
Sudeste	0,02%	0,00%	<b>0,02%</b>
Sul	0,01%	0,00%	<b>0,01%</b>
Centro-Oeste	0,03%	0,00%	<b>0,03%</b>
<b>Total</b>	0,02%	0,00%	<b>0,03%</b>
Região	Serviço Público Estadual		
	Até R\$ 545,00	Mais de 545,00 a R\$ 622,00	Total
Norte	0,32%	0,03%	<b>0,35%</b>
Nordeste	0,32%	0,07%	<b>0,39%</b>
Sudeste	0,41%	0,03%	<b>0,44%</b>
Sul	0,05%	0,01%	<b>0,06%</b>
Centro-Oeste	0,17%	0,01%	<b>0,18%</b>
<b>Total</b>	0,30%	0,03%	<b>0,33%</b>
Região	Serviço Público Municipal		
	Até R\$ 545,00	Mais de 545,00 a R\$ 622,00	Total
Norte	1,80%	0,32%	<b>2,11%</b>
Nordeste	2,86%	0,37%	<b>3,23%</b>
Sudeste	0,44%	0,10%	<b>0,54%</b>
Sul	0,30%	0,08%	<b>0,38%</b>
Centro-Oeste	0,75%	0,20%	<b>0,95%</b>
<b>Total</b>	1,10%	0,18%	<b>1,28%</b>

Fonte: MTE. Rais 2010  
 Elaboração: DIEESE

## Qual o impacto do aumento nas contas da Previdência?

- O peso relativo da massa de benefícios equivalentes a 1 salário mínimo é de **46%** e corresponde a **68,2%** do total de beneficiários.
- O acréscimo de cada R\$ 1,00 no salário mínimo tem um impacto estimado de **R\$ 257 milhões ao ano sobre a folha de benefícios da Previdência Social**.
- Assim, o impacto do aumento para **R\$ 622,00 (variação de R\$ 77,00)** significará custo adicional ao ano de cerca de **R\$ 19,8 bilhões**.

## Qual a distribuição dos ocupados que recebem salário mínimo nas regiões?

A distribuição dos ocupados por faixa de salário mínimo nas diversas regiões brasileiras pode ser vista na Tabela 5:

**TABELA 5**  
**Distribuição % dos ocupados, por faixa de rendimento em todos os trabalhos**  
**Brasil e Grandes Regiões - 2010**

Regiões	Com rendimento até 2 S.M.			Mais de 2 S.M.	Total Absoluto
	Até 1 S.M.	Mais de 1 a 2 S.M.	Total		
<b>Norte</b>	63,2	27,0	90,2	9,8	6.213.625
<b>Nordeste</b>	73,8	19,3	93,2	6,8	23.654.626
<b>Sudeste</b>	39,5	41,9	81,4	18,6	37.545.325
<b>Sul</b>	37,8	44,0	81,8	18,2	13.968.346
<b>Centro-Oeste</b>	45,5	37,5	82,9	17,1	6.541.664
<b>Brasil</b>	50,6	34,8	85,4	14,6	87.923.586

Fonte: IBGE. Censo 2010

Elaboração: DIEESE

Obs: Exclui os sem rendimento e sem declaração

## Qual a relação entre salário mínimo e cesta básica?

Com o valor do salário mínimo em R\$ 622,00 e a cesta básica de janeiro estimada em R\$ 276,31 (mesmo valor de novembro/2011), estima-se que o salário mínimo terá então um poder de compra equivalente a 2,24 cestas básicas (cesta básica calculada pelo DIEESE, para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário).

Na série histórica da relação entre as médias do salário mínimo anual e da cesta básica anual verifica-se que:

- **A quantidade de 2,24 Cestas Básicas é a maior registrada desde 1979.**



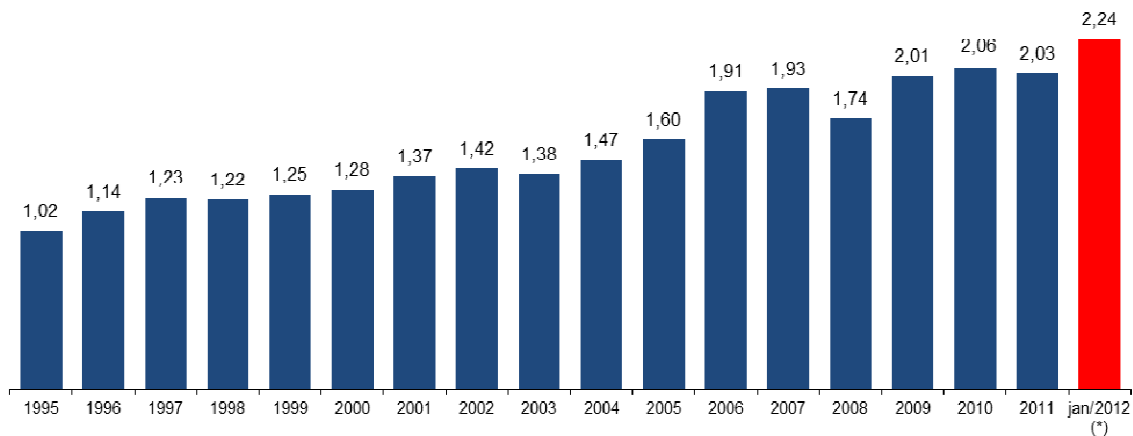
**TABELA 6**  
**Quantidade de cestas básicas adquiridas com um salário mínimo São Paulo**  
**1995-2012**

Ano <sup>(1)</sup>	Relação Salário Mínimo / Cesta Básica
1995	1,02
1996	1,14
1997	1,23
1998	1,22
1999	1,25
2000	1,28
2001	1,37
2002	1,42
2003	1,38
2004	1,47
2005	1,60
2006	1,91
2007	1,93
2008	1,74
2009	2,01
2010	2,06
2011 (*)	2,03
<b>jan/2012 (*)</b>	<b>2,24</b>

Fonte: DIEESE

Nota: 1) médias anuais da cesta básica de São Paulo e salário mínimo

**GRÁFICO 3**  
**Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo**  
**1995-2012<sup>(\*)</sup>**

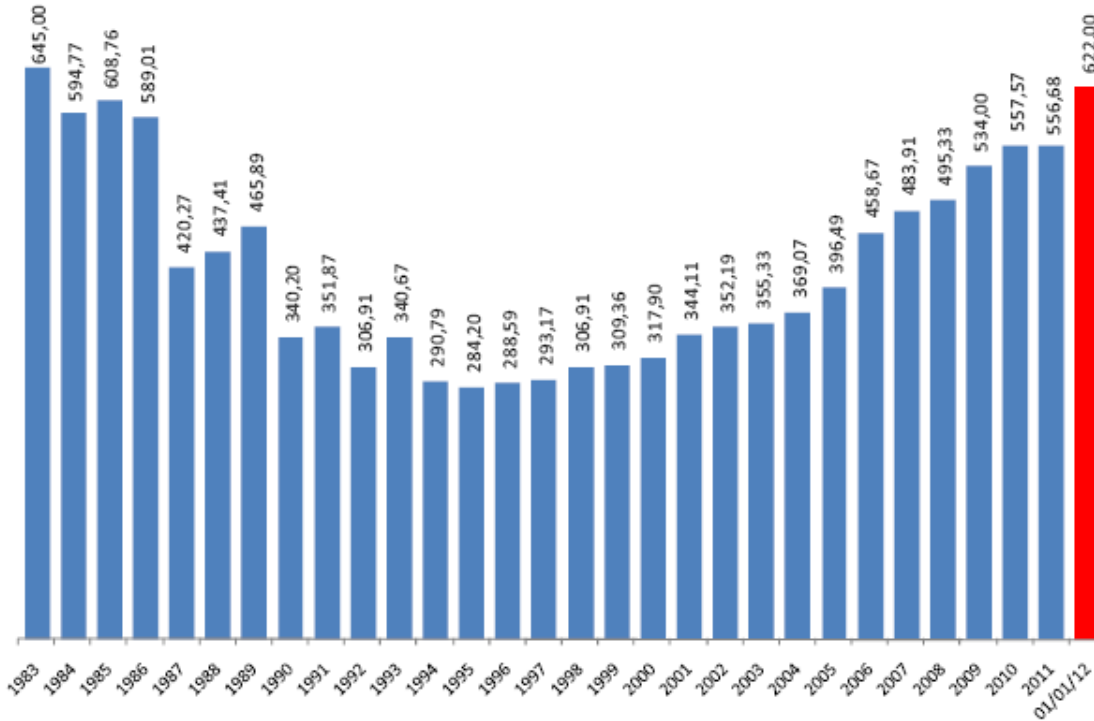


Fonte: DIEESE

Nota: \* estimativa para janeiro/2012

Considerando a série histórica do salário mínimo e trazendo os valores médios anuais para reais de 1º de janeiro de 2012 (deflacionados por projeção do ICV- estrato inferior), o valor de R\$ 622,00, em 1º de janeiro de 2012, será o maior valor real da série das médias anuais desde 1984.

**GRÁFICO 4**  
**Salário Mínimo Real Médio Anual em R\$ de 01/01/2012**



Elaboração: DIEESE

Rua Aurora, 957 – 1º andar  
CEP 05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
E-mail: en@dieese.org.br  
www.dieese.org.br

**Presidente: Zenaide Honório**

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Vice-presidente: Josinaldo José de Barros**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Secretário: Pedro Celso Rosa**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo: Alberto Soares da Silva**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

**Diretora Executiva: Ana Tércia Sanches**

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Antônio de Sousa**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: José Carlos Souza**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: João Vicente Silva Cayres**

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes**

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira**

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa**

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

**Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva**

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Luis Carlos de Oliveira**

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Direção técnica**

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico

Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de relações sindicais

Nelson Karam – coordenador de educação

Rosana de Freitas – coordenadora administrativa e financeira

**Equipe técnica**

Ilmar Ferreira Silva

Ademir Figueiredo